

ATUALIZAÇÃO DOS REGISTOS DE MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA

ANO DE 2022



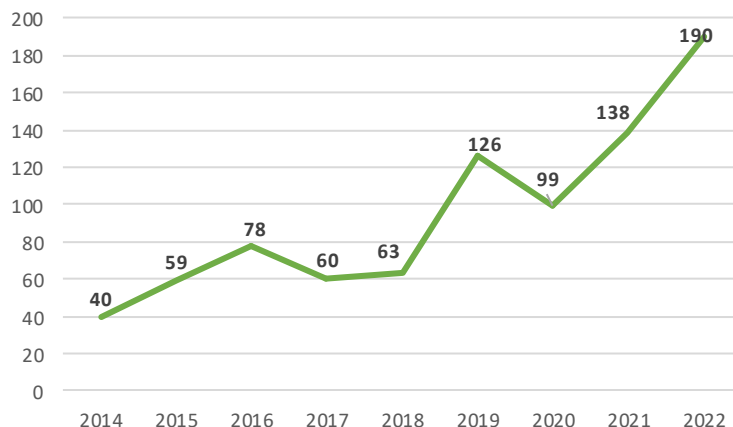
6 DE FEVEREIRO DE 2023



A prática da Mutilação Genital Feminina constitui uma grave violação dos direitos das meninas e das mulheres. A Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto, introduziu a trigésima oitava alteração ao Código Penal, autonomizando o crime de mutilação genital feminina e criando os crimes de perseguição e casamento forçado. Alterou também os crimes de violação, coação sexual e importunação sexual, em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul que Portugal ratificou.

Entre janeiro e dezembro de 2022, foram efetuados 190 registos de Mutilação Genital Feminina na plataforma Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP), tendo-se registado um aumento de 27,4% em relação ao período homólogo anterior. Desde 2014, foram registados um total de 853 casos em Portugal.

Nº de Registos de MGF - Evolução 2014-2022



METODOLOGIA

Os dados registados no formulário da plataforma RSE-AP são extraídos a partir do número de utente, não sendo por isso possível a duplicação de registos. Desta base de informação clínica é possível extrair de forma anonimizada, para fins estatísticos, o conjunto de dados constantes do registo¹, a nível nacional e num determinado momento, sendo garantida a privacidade a cada mulher. Os dados em análise foram extraídos da base nacional em 30 de Janeiro de 2023.

¹ idade atual, data de registo, instituição onde é introduzido o registo, tipo de mutilação (tipo 1; 2; 3; 4), idade e país em que foi realizada a mutilação, se foi realizada durante a estadia em Portugal (sim/não), âmbito em que a mulher foi observada (consulta; internamento; gravidez; puerpério), se foi dado conhecimento à utente do enquadramento legal (sim/não), se e quais as complicações associadas (uro-ginecológicas; sexuais; obstétricas; psicológicas).



Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina Ano de 2022

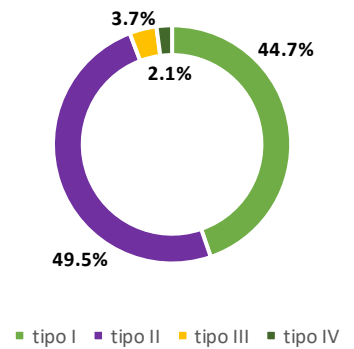
RESULTADOS

Dos 190 registos, foram considerados inválidos 2 registos relativos à idade em que ocorreu a Mutilação Genital Feminina, por apresentarem informação incongruente. Não obstante, a informação referente a esses registos foi analisada no que respeita a todas as outras variáveis.

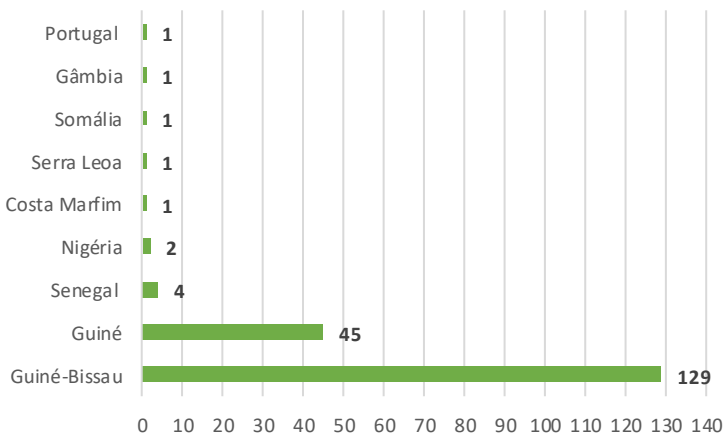
Maioritariamente, os registos foram feitos no âmbito da vigilância da gravidez (38,9%) e os restantes durante o puerpério (16,8%), em consulta (22,6%) ou aquando de internamento (21,6%).

Existe uma predominância de casos realizados na Guiné-Bissau (70,5%) e na Guiné Conacri (23,7%). Este aspeto vem reforçar a informação já conhecida, tendo em conta o predomínio das comunidades imigrantes residentes em Portugal e a prevalência estimada da Mutilação Genital Feminina nesses Países.

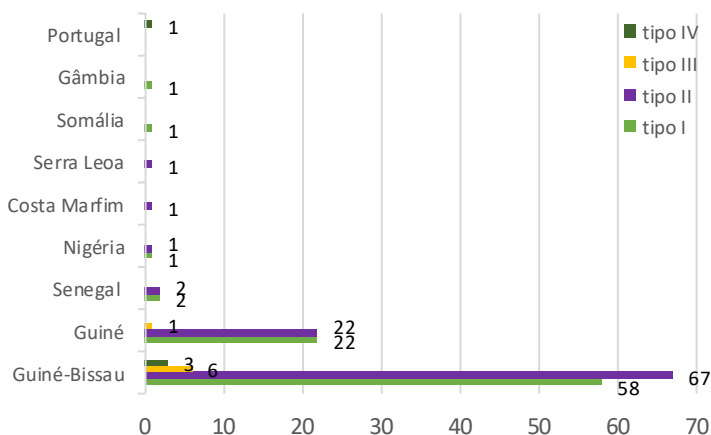
Tipo de mutilação



Local onde foi realizada a MGF



Tipo e local onde foi realizada a MGF



No total de casos, as mulheres foram maioritariamente submetidas a mutilações do tipo II (49,5%) e tipo I (44,7%), representando o tipo III 3,7% e o tipo IV 2,1% do total de registos. A tipologia encontra-se definida na [Orientação 008/2021, da Direção-Geral da Saúde](#).

Foi registado 1 caso como tendo sido realizado em Portugal, em relação ao qual não consta registo de idade em que ocorreu o evento e foi identificado como tipo IV. Por definição, a mutilação tipo IV diz respeito a atos não classificados, podendo configurar procedimentos prejudiciais à genitália feminina para fins não médicos, por exemplo: picadas, puxões, perfurações, incisões, raspagem, cauterização, podendo também incluir piercings.

Atendendo à sua gravidade procedeu-se à análise dos 7 registos existentes de mutilação tipo III. De acordo com os registos, este tipo de prática foi realizada na Guiné-Bissau (n=6) e na Guiné Conacri (n=1), entre o primeiro ano de vida e os 27 anos de idade, tendo as mulheres no momento do registo entre 19 e 40 anos.

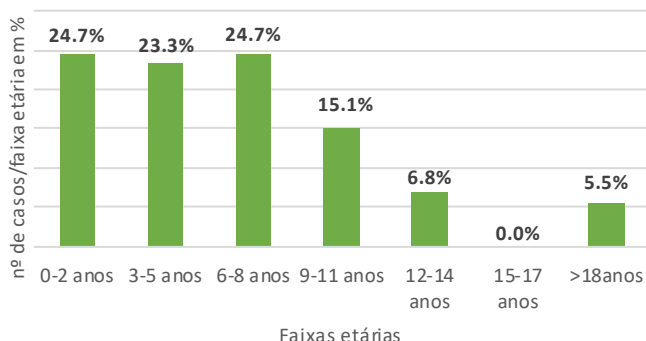


Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina Ano de 2022

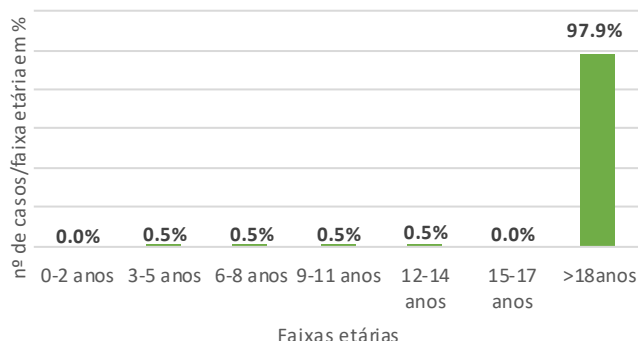
Em 2022, de acordo com os registos, a média da idade aquando da realização do procedimento foi 6,6 anos, variando entre o primeiro ano de vida e os 34 anos de idade. Em cerca de 73% dos casos, a mutilação ocorreu até aos 9 anos de idade, tendência que se mantém relativamente aos anos anteriores. No que respeita à idade em que ocorreu a Mutilação Genital Feminina, 61,6% dos registos são omissos.

A média de idade atual destas mulheres é de 31,8 anos, variando entre os 5 e os 63 anos.

Idade em que ocorreu a MGF



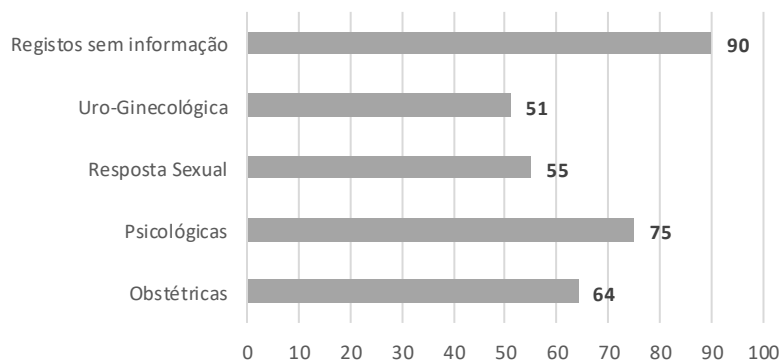
Idade do registo da MGF



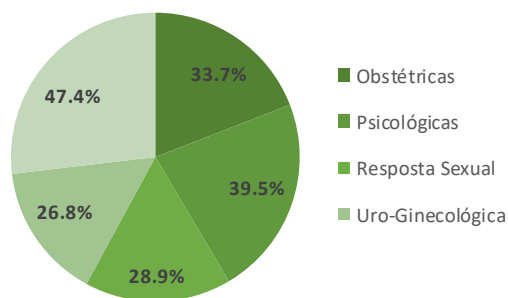
Em 2022 foram registadas complicações em 100 mulheres, correspondendo a 52,6% da totalidade dos registos.

As complicações resultantes da Mutilação Genital Feminina são frequentemente coexistentes. Numa análise desagregada por complicação, verifica-se que, do total de registos, 75 incluem complicações do foro psicológico, 64 obstétricas, 55 incluem complicações de resposta sexual e 51 sequelas uro-ginecológicas.

Número de Complicações



Taxa de Complicações





Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina Ano de 2022

A maioria dos registos foram efetuados nos cuidados hospitalares (77,9%) e 22,1% nos Cuidados de Saúde Primários (CSP). Pode ainda observar-se que a maioria dos registos foram efetuados em unidades inseridas na ARSLVT (apenas 2 registos foram efetuados na ARS Centro).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

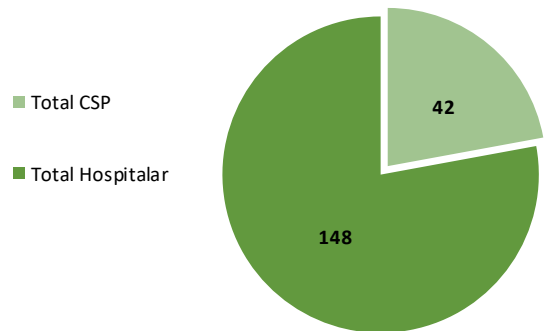
A monitorização contínua dos casos de Mutilação Genital Feminina através da plataforma RSE-AP permite orientar estratégias e planear intervenções a nível nacional.

De acordo com a informação sobre os perfis estatísticos dos países sobre a Mutilação Genital Feminina publicados pela UNICEF, na Guiné-Bissau quase metade (45%) de todas as raparigas e mulheres em idade reprodutiva já foram submetidas à Mutilação Genital Feminina. Em algumas regiões essa percentagem é de 80%. Já na Guiné a percentagem de raparigas e mulheres dos 15 aos 49 anos de idade que sofreram Mutilação Genital Feminina é ainda mais elevada (95%), com algumas variações por etnia e religião².

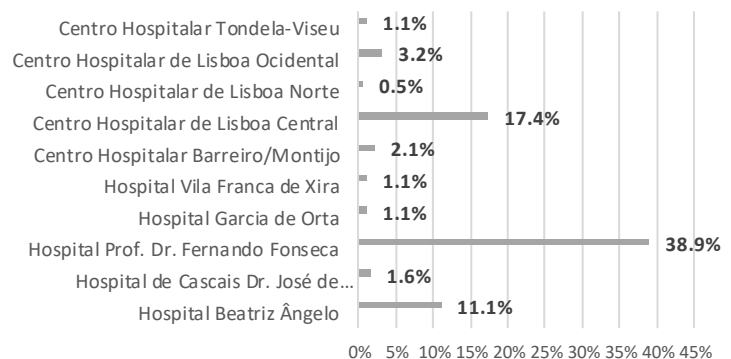
Dos 190 casos de Mutilação Genital Feminina, foi registada a intervenção dos profissionais de saúde, em 84,2% (160) dos casos, no âmbito do esclarecimento dos direitos da mulher numa perspetiva educativa e preventiva.

O facto da maioria dos registos terem sido efetuados por profissionais de unidades de saúde da região de Lisboa e Vale do Tejo pode ser enquadrado, por um lado, na maior concentração de mulheres migrantes oriundas de países onde se pratica a Mutilação Genital Feminina e, por outro, na realização de diversas ações de formação e de sensibilização destinadas a profissionais de saúde (cuidados de saúde primários e hospitalares) nesta mesma região.

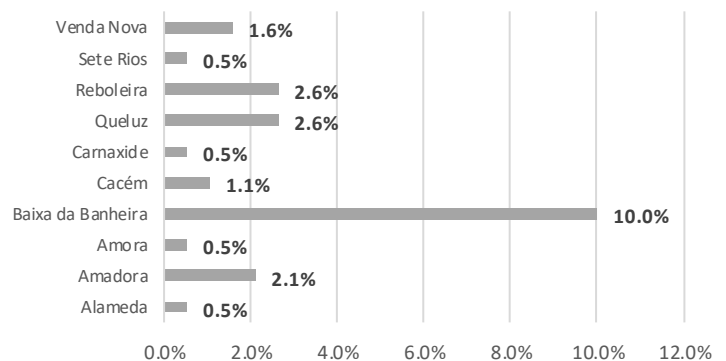
Local de registo



Local de registo - Unidade Hospitalar



Local de registo - Cuidados de Saúde Primários



Esta análise contribui para melhorar a caracterização e o conhecimento sobre esta prática (mutilação genital/corte). Foi produzida com o propósito de fornecer matéria de reflexão para todos os profissionais e demais interessados no tema, trabalhando em prol de investigar, sinalizar necessidades e eliminar a prática.

² UNICEF (2022). Female genital mutilation country profiles. Acessível em <https://data.unicef.org/resources/fgm-country-profiles/>

